

**ATA DA 220ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO, 09/02/2017**

**PRESIDENTE**

WILSON MODESTO POLLARA

**COORDENADORA DA COMISSÃO EXECUTIVA**

MARIA ADENILDA MASTELARO

**SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP**

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

**LISTA DE PRESENÇA**

**I – Conselheiros Presentes**

**Representantes da Sociedade Civil:**

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE  
PAULO ROBERTO BELINELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE  
ADÃO DO CARMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE  
SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE  
CENTRO

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE  
SAÚDE CENTRO

JOÃO CORTEZ NETO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE  
OESTE

ANA ARLENE CARVALHO GOUVEIA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE  
OESTE

MARIA REGINA DA COSTA E SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE  
NORTE

ANSELMO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA CONCEIÇÃO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E  
COMUNITÁRIOS

FRANCESCA EDNELDA ANDRADE GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS

JOÃO CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

DARCY DA SILVA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

AIRSON DA COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FRANCISCO JOSE C. DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E  
COMUNITÁRIOS

ELIZABETE FERREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

REGINA CÉLIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS  
CÁSSIA SCHIFFER ROGERO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS  
PEDRO CARLOS STELIAN (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS  
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS  
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
EVANICE GOMES DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

### **Representantes dos Trabalhadores em Saúde:**

IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE  
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE  
ANGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE  
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
VALÉRIA LUZIA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS  
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM  
VIVIANI DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM  
MARLY APARECIDA LOPES ALONZO MAZZUCATO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

### **Representantes das Instituições Governamentais:**

IVAN GUILHERME LADAGA VICENTE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO  
CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA PAIM – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS  
MARIA JOSÉ ROLLO RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

### **Representantes do Poder Público:**

WILSON MODESTO POLLARA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TIAGO MORAES COELHO DALE CAIUBY (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
JAIR ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
DENIS VIEIRA PINTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO  
DENIZE CALVO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

### **II – Justificativas de ausência:**

GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
DIONÍSIO REIS SIQUEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS  
ÉDER GATTI FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE  
CECÍLIA CLEONICE RIBEIRO MARTINS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

### **III – Ausentes:**

MARIA MACEDO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE  
FRANCISCA ANDRADE QUINTEROS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL  
VERA LUCIA DIAS PADILHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
MARIZI DA SILVA FERREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS  
JOANA PAULA CAMILO PAGLIARINI (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM  
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS  
MARIA CRISTINA BARBOSA STOROPOLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA  
CINTHYA COSME GUTIERREZ DURAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA  
LUCIANA AMARAL TIRADENTES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

#### **IV – Visitantes:**

Conforme Lista

#### **ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:**

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA  
JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

#### **DIGITAÇÃO:**

AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA – AGPP  
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

#### **GRAVAÇÃO:**

EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS – AGPP

#### **REVISÃO GERAL:**

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Cumprimenta a todas e todos. Solicita silêncio porque as reuniões são gravadas e pode ser prejudicada a audição das fitas. O CMS dá início à 220ª Reunião Plenária Ordinária. Agradece a presença de todos, inclusive conselheiros gestores presentes, cidadãos paulistanos e demais convidados. Conta com apoio e a colaboração de todos. Considera muito importante a participação dos representantes da comunidade, trabalhadores e gestores. O controle social tem uma importante missão, que é traçar, aprovar a política de saúde do Município de São Paulo. Desde o primeiro Pleno do Ano, o senhor secretário foi convidado para fazer apresentação neste CMS na ordem do dia, sobre as metas de 2017. Aguardamos a sua presença nesta reunião.

**Julio Cesar, Secretário Geral do CMS/SP:** Lê a pauta da reunião.

#### Pauta

- A- Aprovação da Ata da 219ª Reunião Plenária Ordinária;
- B- Informes da Mesa;
- C- Informes dos Conselheiros;
- D- Informes das Comissões
- E- Ordem do Dia:

- 1- Apresentação do Secretário Municipal da Saúde de São Paulo, Dr; Wilson Modesto Pollara:

- Proposta política para a saúde do município de São Paulo com as metas e diretrizes para 2017;
- Decreto nº 57576/17 – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Administração Pública Municipal Direta ;
- Questionamentos do Pleno.

## **F – Deliberações**

1– Indicar um representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho, em substituição a conselheira Suely Levy Bentubo;

2-Indicação de um representante dos usuários como titular e um representante dos usuários como suplente do Comitê de Ética em Pesquisas do Hospital Bandeirantes;

3-Aprovar o calendário do Curso de Formação de Facilitadores para a Educação Permanente do Controle Social;

4-Aprovar a realização do Congresso de Comissões da CIST, para o dia 10 de março, com a pauta: Medida Provisória 767;

5-Indicação de um representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Hospital 09 de Julho, em substituição ao Sr. José Araújo Lima Filho;

6-Reunião de Planejamento do CMSSP para 03/03, das 09h às 16h.

**Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais:** Solicita inclusão de pauta. Ontem foram discutidas várias resoluções e gostaria de incluí-las nas deliberações. Uma é sobre o CTA de Santo Amaro, outra sobre a questão dos equipamentos e serviços e mais uma sobre o problema das farmácias. As minutas já foram enviadas por e-mail aos conselheiros para colaborações. Solicita também inversão de pauta, para que a apresentação do secretário seja antecipada.

**Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: solicita inclusão de pauta:** Sua solicitação é sobre a Saúde da População Negra. Houve uma reunião nessa semana com a assessoria da Dra. Glória, que ficou de nos dar orientação e, devido ao PL 610, de 2016, propõe resolução sobre o tema, e que esta entre nas deliberações de hoje. Está passando a minuta a todos os conselheiros e solicita que o secretário também receba.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Esclarece que as propostas são de quatro resoluções que entrarão na pauta para deliberação hoje.

**Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:** Fala sobre a manifestação que está ocorrendo na porta da SMS, com o pessoal das farmácias e também a

população, pois estão apreensivos com a notícia do fechamento das farmácias nas unidades de saúde. Solicita ao secretário que suba uma comissão para que ouça a fala do secretário.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** - Declara que vai receber a comissão em seu gabinete. Considera um desrespeito ao CMS o pessoal vir aqui e atropelar a pauta. Solicita que algumas pessoas sejam designadas para acompanhar.

**Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Questão de ordem- Considera que este Conselho possui comissões e uma delas é a de RH. Não dá para tratar assunto específico de categoria aqui no CMS. É desrespeito aos conselheiros. Que estes trabalhadores discutam com a Comissão de RH deste Conselho.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Declara que há muitas pessoas querendo se manifestar, mas não vai abrir a palavra para todo mundo porque estamos no momento de aprovação da pauta. Regimentalmente, as reuniões do CMS são para os conselheiros se manifestarem, mas de forma organizada. Quem dos trabalhadores quer defender?

**Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais:** Esclarece que a comissão do movimento lá de baixo possui seis pessoas. Considera ótima a ideia de recebê-los separadamente. Uma reunião trabalhada e negociada para contentar a todos. Nessa comissão também participam pessoas da população, porque é um assunto que diz respeito a todos. Ela, por exemplo, como moradora da periferia, terá muitos problemas para adquirir seus medicamentos se essa ideia vingar. Sugere que quatro conselheiros, de forma paritária, acompanhem essa reunião.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Consulta o Pleno e a pauta está aprovada com as inclusões solicitadas e o adendo de quatro conselheiros acompanharem a reunião da comissão com o secretário. Consulta o Pleno, a pedido do Conselheiro Costa, em votação nominal, quem aprova a inversão de pauta com a primeira parte sendo a apresentação do secretário. **Aprovada.**

Dá as boas vindas ao secretário e ao chefe de gabinete e passa a palavra a ele para a apresentação das metas de 2017 deste novo governo. Gostaria de ter diálogo mais próximo, pois está havendo dificuldades nesse diálogo.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** - Cumprimenta a todos e declara algo que considera importante: “Nós queremos a mesma coisa. Queremos melhorar a saúde.” São três coisas fundamentais que queremos dar à população. A primeira delas é assistência sem filas, acabar com as filas. A segunda é acesso rápido e fácil aos remédios. A terceira é vaga hospitalar imediata. São as três coisas

básicas. Ao lado disso, ampliar a cobertura pelo Plano de Saúde da Família, ampliar o número de UBS, contratar os 712 médicos aprovados no último concurso da SMS, não da Autarquia, além de adequar as UBS que necessitam de reformas. Já estamos providenciando o orçamento necessário para conseguir esse intento. Tudo é importante. Tudo é prioritário. Solicita que o microfone seja aberto para perguntas específicas e que seja marcada uma data para uma apresentação completa que ainda não temos. Mas o básico é isso: fila, remédio e vaga.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** O Presidente do CMS abre a palavra aos conselheiros. Consulta o Pleno para as inscrições. **Aprovado.**

**Manoel Otaviano da Silva, Conselheiro Titular representante Dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Declara que se preocupa e tem dúvidas muito com essa questão das farmácias, sobre o que está sendo proposto. Se será realmente um avanço ou não, porque a realidade é muito difícil para muitas pessoas, que se não conseguem pegar seus remédios em alguma UBS têm dificuldade de se locomover, pegar um ônibus para ir para outra. É da região de Heliópolis. Fizeram muita briga para que as farmácias pudessem atender devidamente às pessoas.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** - Declara que hoje a SMS não está conseguindo fornecer os remédios nas UBS. Dos 350 itens, faltam 180. O problema é que não conseguimos comprar. Temos o dinheiro, temos quem forneça, só que a burocracia do Estado, das licitações, impugnações e punições às empresas fazem com que nosso processo de compras falhe constantemente. Para vocês terem uma ideia, fizemos uma licitação num prazo recorde, compra de remédios em 65 dias. Quando a empresa foi entregar, houve um problema em mato grosso e tivemos que comprar de novo, e são mais noventa dias. Se nós conseguimos comprar, esses remédios são entregues numa central, depois vão para as coordenadorias, com pagamentos de transporte e seguro. Depois, há casos de desvios, roubos, os mais diversos problemas que fazem com que haja uma perda de 30% dessa compra nesse trâmite. Hoje, os remédios já estão nas prateleiras das farmácias. E não só das grandes redes, qualquer farmácia, todas as farmácias, por menor que sejam, vão poder entregar o remédio à população. Em Marsilac, por exemplo, nosso local de pior índice de desenvolvimento humano, temos uma UBS e seis farmácias. Temos hoje 802 pontos de distribuição de remédios na prefeitura. E temos 3.600 farmácias no Município. Estamos simplesmente mudando a entrega na UBS, que só funciona até determinado horário, para a entrega em qualquer farmácia que a pessoa queira. A pessoa vai poder cadastrar a farmácia que é de sua preferência, perto do emprego, de casa, etc. Quando a pessoa for à UBS, será perguntado a ela qual farmácia escolhe para receber seu medicamento. A UBS avisará a farmácia e seu medicamento ficará lá reservado até ser retirado. Hoje temos licitações que vão demorar três meses, e se em noventa dias a licitação for impugnada, vamos ter falta, mesmo tendo recursos. O farmacêutico vai continuar a fazer parte da equipe da Estratégia de saúde da família. Ao

invés de ser um simples entregador de remédios, ele vai fazer a consulta farmacêutica. Ele terá amostras de medicamentos para mostrar fisicamente aos pacientes. Por lei, o farmacêutico faz parte da equipe de ESF. Ele continua na UBS. O problema é suprir as UBS com todos os medicamentos. Alguns medicamentos continuarão a ser dispensados nas UBS. Por exemplo, medicamentos para hanseníase, tuberculose, doenças raras. Queremos melhorar o acesso. A queixa número um da população é a falta de remédios nas UBS. Não estamos conseguindo comprar e entregar o remédio. Sem falar que o custo é bem maior devido à logística de distribuição e entrega. Distribuimos para municípios vizinhos cerca de 30% dos medicamentos que são de São Paulo. Queremos melhorar. Se houver e for apresentado um modelo melhor, está disposto a discutir. Já discutiu com o Sindicato dos Farmacêuticos, com o Conselho Regional de Farmácia e todos concordaram que devido às nossas limitações, pela lei atual 8.666, é impossível suprir, em paralelo, uma logística que é uma das mais perfeitas logísticas que é a das farmácias. E, se for provado que não exista uma farmácia distante 500 metros de uma UBS, propõe-se a manter a farmácia na UBS.

**Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:**

Esclarece que a sua discussão não é específica. Trata-se de uma questão mais ampla. O Conselho Municipal de saúde como controle social de políticas públicas no Município de São Paulo. Queríamos que o senhor secretário apresentasse a proposta política estrutural desta gestão de governo. Seria prazeroso ter um diálogo com seu gabinete. Sua assessoria vir aqui discutir as áreas temáticas: Saúde da população negra, saúde do idoso, saúde da mulher, etc. Mas o que chega aqui, por exemplo, são boatos não oficiais de que o prédio da secretaria vai mudar, sem conversar com o CMS. Ainda que a sua ideologia seja diferente da do secretário, está aqui para defender a mesma coisa como o senhor disse, ou seja, a saúde, o acesso. No dia 27, estivemos no Ministério Público. As pessoas ficam fazendo perguntas de coisas que já temos parecer esperando respostas. Gostaria que a conversa com o senhor secretário fosse ampla e transparente. Pergunta se o secretário vai mesmo garantir a estrutura do Conselho, como já consta em ata nº 213. Pergunta se é verdade que a SMS vai mesmo mudar de prédio. Podemos como conselheiros contribuir na Portaria 10?

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:**

Todos os secretários foram orientados para reduzirem as despesas que não fossem assistenciais. Quando chegaram aqui, a SMS ocupa 4 prédios em São Paulo. Separados. Considera isso um problema. A soma desses quatro alugueis dá um milhão e cem reais por mês. Temos a oportunidade de irmos para um prédio de 15 andares, maior que este, num lugar muito adequado, que é na Avenida Paulista, nº 7, com custo de 400 mil reais por mês, ou seja, vamos reduzir de um milhão e cem para 400 mil. É o prédio da Santa Casa. Alugando esse prédio vai sobrar dinheiro para a assistência da população. Compromete-se a manter a estrutura do CMS. O engenheiro já esteve aqui, já avaliou as condições, e temos condições de dar a vocês exatamente a mesma estrutura que vocês têm aqui e as mesmas condições. É um local extremamente adequado. Sente medo de chegar e sair daqui. Chega cedo e sai tarde. Todo esse estudo foi feito há muito tempo, com objetivo de melhorar as condições de trabalho,

trabalhar num espaço único e economia para aplicar numa estrutura de saúde. Vamos pagar aluguel para uma instituição filantrópica, que faz assistência, não para a viúva de um empresário, como ocorre hoje. Quanto ao Decreto foi feito para ajustar o que tinha sido modificado aqui dentro sem nenhuma base legal. Muitas coisas estruturais foram feitas sem base legal. O governo anterior quis regularizar aquelas alterações fazendo uma adequação. Aquelas adequações que foram feitas de forma aleatória, sem discutir com ninguém e fizeram o decreto. Nós estamos preparando um novo Decreto, que vamos trazer aqui e discutir com os senhores a estrutura. Essa estrutura vai se basear no seguinte: hoje temos duplicação, triplicação, quadruplicação das estruturas da Secretaria. Temos um RH aqui, um na COVISA, outro na Autarquia, temos um RH em cada hospital. Hoje, temos um setor de compras aqui, um na COVISA, etc. Queremos unificar isso de forma moderna. Por exemplo, os programas , como se diz muito, da mulher, da criança, do idoso, isso não pode ser de um escritório fechado aqui no oitavo andar. Isso tem que permear todos os dias do diretor do hospital. São tarefas que terão que fazer. Estamos pensando numa estrutura moderna chamada matricial tridimensional, em que vamos ter uma grande descentralização das obrigações. O Município de São Paulo é um Estado. A menor prefeitura regional, que é Perus, e tem 110 mil habitantes, é maior que 88% dos municípios do Estado de São Paulo. A maior prefeitura regional, que é Capela do Socorro tem 800 mil habitantes. Só há cinco municípios maiores do que ela no Estado. Em cada uma das prefeituras regionais, estamos transformando o supervisor de saúde num verdadeiro secretário regional de saúde. Cada coordenador será como um diretor regional de saúde, a exemplo do que temos no Estado, as Diretorias Regionais de Saúde. E vamos poder discutir a nível local cada um dos programas para que isso não seja uma coisa unificada, porque as regiões são totalmente diferentes entre si. Vamos poder tratar o Município de São Paulo como verdadeiramente um Estado com esse novo organograma, que não será implantado antes de ser apresentado aqui para os senhores, antes de ser discutido. Essa Portaria nº 10 foi criada simplesmente para ajustar uma coisa que não vai continuar, então não faz sentido voltarmos a discutir aqui essa Portaria nº 10 e o Decreto nº 57.000, de dezembro de 2016.

**Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** Quer saber se os convidados terão direito à inscrição para se manifestarem. Sugere que entre três a cinco convidados tenham o direito de fazer uso da palavra.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Pelo regimento, os conselheiros podem passar a palavra aos convidados. Soube que há três vereadores presentes: Juliana Cardoso, Toninho Véspoli e Sâmia Bonfim.

**Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste:** Declara que lhe causa estranheza a fala do secretário, quando diz que precisa analisar juntamente com o Conselho a apresentação de um plano de trabalho que estamos esperando desde janeiro. Em contrapartida, ainda ontem, quem teve a oportunidade de assistir ao “Bom dia, São Paulo”, viu o próprio prefeito, Sr. João Dória, falar a respeito do fechamento das farmácias e do abastecimento dos



medicamentos na rede. Então, se ele já apresenta à sociedade, como nós não sabemos disso? E ele apresenta um plano no qual a rede de farmácias irá abastecer, num primeiro momento, a custo zero para o Município, mas que depois não vai mais fazer isso. Preocupa-se se o cadastro será apenas em uma farmácia, e se for, tudo vai continuar igual, vai faltar medicamento. O secretário falou da distância de 500 metros da UBS se não tiver farmácia vai manter, só na região Leste, lembra-se de várias, a saber: Jd. Robru, Celso Daniel, JK, Jd. Soares, entre outras. Quer falar também sobre a questão dos roubos a que o secretário se referiu. Ontem, o Conselheiro Nadir se lembrou de uma lei que realmente precisa funcionar. O medicamento tem que chegar nas farmácias, e chega. O rastreamento é possível de se fazer. Não é possível que a tecnologia atual não possa acompanhar esse movimento.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Declara que há várias coisas que precisam ser esclarecidas. Em primeiro lugar, a entrevista do prefeito ontem não tem nada a ver com o fechamento das farmácias. Temos cento e oitenta itens faltando nas farmácias. Só vamos conseguir comprar daqui a trinta ou sessenta dias. O prefeito reuniu empresas médicas e pediu doação desses remédios antes da compra, para serem colocados nas UBS. Trata-se de uma doação que as empresas estão fazendo para as UBS. Existem limitações muito sérias,. Não é nosso desejo que falem medicamentos nas UBS da Cidade. A questão é suprir as necessidades imediatas. A questão das farmácias é outra discussão. Quanto à localização das farmácias, em todos os bairros existe um centro comercial e existe também certamente uma farmácia. Se tudo estivesse bem, não estaria aqui discutindo isso. Mas houve uma deteriorização muito séria nos últimos meses, problemas de compra. O que tem que transitar é a informação e não os remédios fisicamente. Vamos discutir. Pede uma opção ao que está propondo.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** A população está pedindo que os vereadores presentes tenham a palavra por três minutos. Consulta o Pleno – Aprovado.

**Juliana Cardoso, vereadora:** Cumprimenta a todos. Especialmente aos conselheiros municipais de saúde e principalmente aos conselheiros dos territórios, pessoas muito entendidas do que significa o Sistema único de Saúde; pessoas que sabem de cabo a rabo o que seria cada ata ou cada item da legislação do SUS. Aprendeu muito com essas pessoas de cabelos brancos que estão aqui presentes, que conhecem o SUS. Quando o senhor secretário fala que não há outro caminho para fazer o abastecimento de cada uma das 574 farmácias nos equipamentos de saúde, dentro do atendimento de saúde pública, lembra que existe ata – remédio não pode faltar. Há duas pastas na administração em que não pode faltar dinheiro de jeito nenhum: Saúde e Educação. O senhor tem a possibilidade de fazer a compra e a possibilidade de não fazer a compra. Preocupa-se com a forma de distribuição dos remédios. Na periferia, a farmácia atende dentro do AMA ou da UBS os medicamentos usados dentro da unidade. Há o sistema de gestão, com o prontuário de cada paciente e acompanhamento de qualidade e atendimento. Essa

qualidade de atendimento não vai ter numa farmácia privada. Direito garantido não pode virar um negócio. O Sistema Único de Saúde não pode virar um negócio. Porque hoje o que está acontecendo é isso: virar negócio. O Sistema Único de Saúde e o atendimento à população é muito mais do que isso. Diz que é membro da Comissão de Saúde na Câmara. A comissão está em formação, acredita que na próxima semana todos os vereadores já estarão assumindo a cadeira, mas convida-o para discutir tecnicamente e financeiramente essa questão, porque anunciam primeiro e quer saber como vai ser a licitação. Como vão passar por cima da legislação, porque não pode haver equipamento privado dentro de coisas que são públicas. Tem o direito de se manifestar e falar um pouco mais, porque é vereadora do Município de São Paulo. Quer saber se o senhor tem disponibilidade de fazer o abastecimento já, para agora, com a ATA, e não parar o abastecimento com o intuito de fazer a privatização das farmácias.

**Toninho Véspoli, vereador:** Cumprimenta a todos os conselheiros e conselheiras. É vereador do PSOL. Estamos tentando discutir questões em que há divergências, mas o bom caminho é o do diálogo. Quer colocar questionamentos porque tem dúvidas. O prefeito conversou com algumas redes, mas na periferia não há grandes redes. E nas áreas de manancial, a pessoa tem que andar dois ou três quilômetros para achar uma farmácia. Se isso for implementado, como por exemplo, uma pessoa idosa, vai andar tanto para adquirir seu remédio. Tem que se discutida a integralidade do serviço. A pessoa passa por vários especialistas e nem sempre o médico sabe o que o outro prescreveu. O farmacêutico esclarece. O cara da farmácia não tem essa preocupação. Estamos perdendo qualidade do serviço. Resolve-se o problema da logística e perde-se a qualidade. Pertence à da educação. A questão da merenda também é difícil e nossa merenda é uma das melhores do Brasil. Não se pode pensar em economia de dinheiro e piorar o atendimento aos pobres. É vereador pelo segundo mandato. Foi oposição ao governo Haddad. O Tribunal de Contas não fiscalizou as OSS, não tinha condições. Não fiscalizou de forma condizente. Nem o Kassab fez isso. Como vai ser a fiscalização disso? Sem fiscalização como fica? Não tem fiscal quase para nada nessa Cidade, as pessoas fazem o que querem. Na farmácia popular, às vezes o usuário relata que pega apenas 30 comprimidos de 60 no total o paciente leva 30 mesmo. As pessoas estão burlando o sistema. E o nosso dinheiro, de nossos impostos, vai para o bolso de alguns. Acredita que dá para conversar se há outras respostas condizentes, mas não dá para dizer que é só logística e que não há solução.

**Sâmia Bonfim, vereadora:** Cumprimenta a todas e todos e agradece por estar aqui. É vereadora pelo PSOL no seu primeiro mandato. Foi bastante contemplada na fala dos vereadores, que já se manifestaram. Está na luta contra a privatização dos serviços públicos. Está na Comissão de Saúde, assim como a vereadora Juliana Cardoso. Vão travar uma batalha necessária na Câmara para garantir os direitos de todos. Quer dizer que o acesso ao medicamento é um dos princípios básicos do SUS, uma das primeiras conquistas garantidas. A distribuição de remédios deve ser feita pelo serviço público, está prevista inclusive na legislação. “Isso não fere os princípios e conceitos do SUS?” “Não é para sucatear o SUS?” Visitou a UBS República, que está sucateada. Em Parelheiros é parecido. Funcionários sem

receber salário. Isso acontece com a privatização. A gente sabe o que significa passar nossos interesses para a iniciativa privada. Não só na saúde, como na educação e em todos os setores da sociedade. Essa nova gestão tem como principal objetivo a privatização. Mas a população sabe o que significa passar nossos direitos para as mãos de interesses particulares. Sucateamento e destruição do aparelho público. Além da questão dos trabalhadores. Mas acredita no diálogo para reverter essa situação. Cita a manifestação que ocorre na porta da secretaria, que há gente querendo dialogar e que também acredita no diálogo. Faz pergunta de um usuário presente que deseja saber sobre medicação do paciente que tem filho autista. A maioria da população não tem dinheiro de comprar remédios como esse, que é caríssimo. A gente sabe que passando para a iniciativa privada vai dificultar.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Nosso objetivo não é privatizar nada. Já temos hoje a Farmácia Popular, que hoje despensa muito mais medicamentos que as próprias UBS. A consulta farmacêutica vai continuar existindo. Foi o governo passado que começou a Farmácia Popular, que utiliza as farmácias. É um exemplo de como pode ser utilizada a farmácia. Não estamos piorando o atendimento. Se os técnicos forem necessários serão mantidos. Se tudo estivesse correndo bem, não estaríamos aqui. Não é verdade que temos uma ata e que podemos comprar o remédio. Isso não é verdade. Gostaria que me mostrassem isso.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Pede ordem e respeito. Temos um regimento a cumprir. As reuniões são gravadas e atrapalha o trabalho a falta de silêncio.

**Jason Gomes Rodrigues Santos, Conselheiro Titular representante dos Conselhos Regionais Função Fim:** questão de ordem: a conselheira Viviane, do Conselho de Nutrição está sendo impedida de entrar. Solicita que a administração verifique isso.

**Hugo Fanton, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: questão de ordem-** Dona Maria Helena, representante das pastorais sociais também e o representante dos técnicos de farmácia também estão impedidos de entrar. Pede a gentileza de liberarem a entrada deles.

**Adão Do Carmo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste:** Reforça que a fala do senhor secretário em reunião anterior, quando o disse que vai trabalhar em consonância com as diretrizes do SUS o deixou muito contente. Fomos eleitos para fiscalizar. Não temos medicamento – 500 receitas são emitidas por dia em cada equipamento, média, segundo levantamento que fez. Na sua região, Ipiranga, a maioria das farmácias fica a um ou dois quilômetros de distância dos equipamentos de saúde. Ouviu no SPTV algo que o chocou, quando diz que empresários vão doar medicamento, pois assim serão isentos do ICMS. Então não é doação. É questão polêmica. Sai do nosso controle. Há estudos que comprovam que alguns remédios custam duas ou três vezes mais caros nas

farmácias populares. Se tivesse havido diálogo prévio com o CMS e com as bases, o impacto seria menor, pois essa questão inflamou a sociedade. Não se pode partidarizar o controle social.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** O compromisso com o SUS é total. Com o valor do imposto, às vezes chega a ser mais caro que o produto, que o custo de remédio. Caso do Omeprazol, por exemplo. Quando a indústria quer doar, ela continua tendo que pagar o imposto. Imposto de circulação de mercadoria. Em simples remessa não incide imposto.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Quer esclarecer. Há pessoas ilustres aqui que gostariam de fazer uso da palavra, mas deve seguir o regimento. Os conselheiros têm que dar palavra. Os convidados que quiserem se manifestar devem pedir para algum conselheiro.

**Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Esteve na plenária da vereadora Juliana, prestigiando, apesar de ser de outro partido. Dirige-se ao senhor secretário. Tem muitas perguntas. O PS do HSPM vai sair de lá. Como isso vai se dar? E como será o atendimento? É conselheiro de lá e quer saber. Isso precisa ser melhor esclarecido. E o Hospital de Parelheiros? Na gestão passada, fomos informados que 95% das obras estavam concluídas. Quando será a entrega desse hospital à população? O que falta para iniciar o atendimento? O prefeito disse para a imprensa, para a Globo, que 345.000 pessoas da fila de espera serão atendidas em 90 dias. Acha muito difícil, até por conta do horário dos exames que é fora do horário comercial. Com relação às farmácias, 10 anos funcionaram. Todos nós pegamos remédios nas farmácias. É usuário. Temos dificuldade no abastecimento. Às vezes o laboratório bloqueia, não fornece remédios. Tivemos problemas por não rezar na cartilha do neoliberalismo. Isso gera desemprego. No sistema capitalista ninguém dá nada de graça. A gente sabe que é uma forma de privatizar o SUS, que não é o que queremos. Ao contrário, queremos fortalecer o SUS. O voto popular precisa ser respeitado. Vamos defender os direitos. Dentro da democracia respeitamos e o que temos na Cidade, que foi resultado de voto popular, não o que acontece lá em cima. E temos que respeitar. Fala do filho, cuja consulta é para maio na UBS Vila Manchester. Finaliza dizendo que os hospitais que já foram construídos com o dinheiro do contribuinte devem entrar em funcionamento. Em nome do seu segmento social comunitário, da Central dos Trabalhadores do Brasil, da Fazenda, da FACESP e da União de Negros do Brasil, pede que não fechem as farmácias e não demitam trabalhadores. É a favor do diálogo franco, aberto. Pede que o senhor não feche as farmácias, não demita trabalhador, fale com o prefeito, já temos muitos desempregados no nosso país.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Quanto ao HSPM, trata-se de um pleito dos servidores públicos municipais, de terem um hospital, assim como há no Estado. Estamos estudando, porque a população não pode ficar desassistida. Estamos planejando 3 UPA: uma atrás da

Uninove, no terreno em frente, na outra na UBS D. Pedro, que vira uma UPA e UPA Botucatu, que está ficando pronta. Se conseguirmos isso, devolvemos hospital, senão, continuarão atendendo. Quanto ao diálogo aberto, está aqui para isso. A questão da doação não tem nenhum tipo de retribuição. Nenhuma suspeição de troca. Seu objetivo não é de maneira alguma aumentar o desemprego, seu objetivo é melhorar o acesso da população aos medicamentos. Não veio causar desemprego. Pensa que se pode fazer as duas coisas, distribuir nas farmácias e nas unidades de saúde. Se o remédio não tem na UBS, pega na farmácia. Vai falar com o prefeito para ver se é possível. Ai teremos a mais, e não a menos. Quanto ao Corujão, ficou surpreso com o resultado dos exames. Não foi ideia sua, mas do prefeito. Algumas pessoas estavam esperando há mais de seis meses. Algumas já haviam resolvido, caso de aproximadamente 90 mil pessoas. Eram mais de 450 mil pessoas. O sistema que existia era cruel, sistema de espera de agendamento. Se alguém iria oferecer o exame necessário ao paciente. Isso vai acabar. Fomos hoje à UBS Barra Funda, fiz marcação no local e todas tinham vagas. Conseguimos realizar 141 mil exames. Cerca de 70 mil pessoas não quiseram fazer o exame. As que não conseguiram fazer podem marcar imediatamente. Cerca de 40 mil pessoas não compareceram ao exame, e podem fazê-lo. Temos apenas 120 mil para agendar ainda. Estamos fazendo o possível e o impossível para cumprir essa meta. Não é pouco. Temos call center, há 158 mil vagas disponíveis até abril. Acabando o programa, temos 110 mil pessoas por mês para realizar exames. Temos 110 mil novo pedidos mensais e temos vagas disponíveis. Estamos fazendo o possível e o impossível para cumprir essa meta. O Hospital Parelheiros está praticamente pronto. Há burocracia para equipar hospital e contratar quem vai administrar. Foram feitas entregas de prédios de UBS no final do ano e ainda não está funcionando, porque não tem equipe para administrar e preencher as vagas.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Foi informada que o Secretário precisa atender os manifestantes, mas pede que ele fique e receba depois a comissão.

**Hugo Fanton, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste : questão de ordem** - Quer colocar questões da farmácia, principalmente questões colocadas pelos vereadores e que considera que não foram respondidas. A primeira delas e fundamental é que considera inadmissível que se dissocie a dispensação do medicamento do processo de dinâmica da UBS, faz parte de um todo. Defende também a questão dos farmacêuticos, afirmando que se trata de 1.500 técnicos que precisam de defesa e são fundamentais. Garantia de emprego para os técnicos de farmácia. Aborda o preço do medicamento, afirmando que se paga o custo e transporte com a rede privada. Diz que na farmácia ocorre economia de custo. A transparência diminui muito com a privatização ou terceirização dos serviços. As farmácias podem superfaturar os preços, embutir custos, etc. é fundamental rever isso, porque acha que os preços vão aumentar. Acredita que essa privatização da distribuição dos medicamentos faz parte de uma política maior, de privatização de todo o setor público. Representa os usuários porque acredita na

gestão pública. Temos que defender a gestão pública. Temos que firmar o SUS como público e defender a gestão pública.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Não estamos dissociando o atendimento da orientação. O farmacêutico continua atuando. A consulta farmacêutica faz parte da equipe de Saúde da Família. O preço do remédio é o preço de ata da fábrica. O custo que vamos fazer é de ata e o menor preço de fábrica. Quanto à privatização de serviços públicos, temos vários exemplos de privatização que funcionaram: rodovias, aeroportos. Não é proibido e se pode optar. Não estamos entregando a assistência farmacêutica à iniciativa privada. O remédio não consegue chegar adequadamente. E o remédio que a pessoa precisa já está ali na farmácia. O que precisa circular não é o remédio, mas a informação. Fazer estoque é um contrassenso, de custo alto, com recursos que podem ser utilizados nas UBS. Perdemos por roubo, perda de valores, inundação e não se sabe quantos remédios comprados chegam às mãos do paciente. No Estado, fizemos estudos que comprovaram que 15% dos remédios não chegaram ao destino planejado. Só vou pagar remédio que chegou na mão do paciente. Não vou pagar transporte nem logística. Preço de fábrica. Quanto à questão de não conseguirmos controlar, acho o contrário. O controle será perfeito. Saberemos qual o remédio, se a pessoa pegou ou não. A estocagem de remédio tem custo. Teremos estoque virtual das UBS, controlado pelo farmacêutico. Mas não está com o assunto fechado. Está discutindo e quer solução. Vai receber os manifestantes. Quer uma solução, como gestor público que é. .Acredita na gestão pública e no controle social. Senão, não estaria aqui. Quer ouvir vocês, estar ao lado de vocês, tender às suas necessidades, dentro do que é viável. Quer o sistema perfeito. Ontem tive mesa redonda com o ministro, um inglês, um israelense e a jornalista Claudia Colucci e o professor de saúde pública da USP, os Sistemas israelense e inglês são piores do que o nosso. Todos declararam isso. Os países têm inveja do sistema SUS e temos que preservá-lo.

**Vereadora Juliana Cardoso:** Vai se retirar e espera que o senhor aceite solicitação de audiência pública.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Aceita o convite.

**Selma, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:** Fala das conferências. Estamos às vésperas da Conferência Municipal de Saúde das Mulheres, nos dias 5, 6 e 7 de maio. Precisamos fazer pré-conferências e a própria conferência com recursos do SUS. Além disso, faremos de Vigilância. Quer saber se indicou seus representantes da gestão no CMS para o Conselho fazer o trabalho em sua plenitude.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Quer fazer conferência. Vai priorizar isso. Quanto à representação no CMS, pede calma, trouxe apenas quatro pessoas até agora. Não conhece as pessoas. Está montando estrutura administrativa. Já trouxe o William.

**Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais:** Gostaria de saber, ficou preocupada e curiosa, viu Dr. Moreno presente aqui, trata-se do o HSPM, pede ao senhor secretário que venha conversar conosco. O SINDSEP gostaria de conversar com o secretário. Há anos solicitamos PS na região central adequado Temos provas com jornais antigos. O atendimento duplo está muito complicado e vai ficar pior. Queremos pagar, mas que o hospital funcione adequadamente. Com relação às farmácias, preocupa-se com o controle. De graça, só chuva. Em farmácia de periferia o farmacêutico não atende. Toma remédio controladíssimo e nunca o farmacêutico lhe deu assistência que deveria. Mora na periferia, divisa com Diadema, e isso pode ser um problema. Vai ser feito convênio com Diadema? Preocupa-se com o horário dos exames do Corujão Defende o atendimento em dobro. Há lugares em que não há condução.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Só 50 pacientes foram feitos depois das 22h. Essa era a ideia inicial, que deu nome ao programa. Mas isso não ocorreu. Os exames estão sendo feito durante a tarde, aos sábados.

**Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Cede fala para Luciana. Está em prol da equidade e da universalidade, e da humanização que a gente tanto preza dentro do SUS, princípios norteadores do trabalho. Vê medicamentos como ferramenta de trabalho. Há uma rede desde a criação do SUS. A dispensação do medicamento é o momento em que se chega ao paciente, para avaliar o paciente, por exemplo hipertenso: a cada vez que vem à unidade, pode ser avaliado. Temos áreas de saúde da criança, da mulher, do idoso, com protocolos. Há complexidade de usuários. Pacientes que moram nas extremidades são diferentes dos que moram na região central. Há risco de suicídio, riscos mentais, pacientes de tuberculose, pacientes que precisam da assistência farmacêutica. A gente vai perder qualidade de serviço, de vínculo e esse é nosso medo. Há pacientes que só aderem ao tratamento devido ao vínculo com os profissionais. Não pensa em perda de dinheiro, mas em perda de qualidade do atendimento. Fomos instruídos pelo SUS pela humanização. O Usuário SUS que tem menos acesso é o que mais vai sofrer com essa conduta.

**Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais**

**Categoria Saúde:** Temos que ampliar. O senhor já disse que pretende aperfeiçoar, mas sugere que seja discutido com a população e com o CMS. Finalize o processo e traga para discussão no CMS.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** É exatamente isso o que está fazendo.

**Jason Gomes Rodrigues Santos, Conselheiro Titular representante dos Conselhos Regionais**

**Função Fim:** Preocupa-se, porque embora estejamos aqui dialogando, está muito claro como vai funcionar de fato, por escrito. O SUS funciona de forma muito diferente do setor privado. Precisa falar isso para o Prefeito, como vai funcionar do ponto de vista prático. O SUS é uma lei, e há controle social. Quer saber como a política vai funcionar, por exemplo, com esse medicamento vai ser pago. Cita exemplo de seu pai. Cuidado com a palavra doação. A gente sabe que há interesses, até no futuro. O Conselho respeita seu longo histórico na vida pública. Pergunta como fica a situação de deslocamento de fisioterapeutas e fonoaudiólogos. Abre a palavra para a Débora.

**Débora, de UBS Santa Cecília –** Apresenta-se, é advogada, blogueira, defende os direitos das pessoas com diabetes: Aborda a falta de insumos, como seringas e o medicamento metformina, desde o meio do ano passado.. Não sabe por que faltam fitas e lancetas para diabéticos na cidade inteira. Cita caso de munícipe presente, com problema grave de controle de glicemia, que não consegue fazer. Frequenta UBS Santa Cecília e a direção não sabe porque há falta de insumos. Sugere a criação de um aplicativo informando onde se pode encontrar insumos para pessoas diabéticas.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** É questão inicial dessa discussão toda. Foi vazamento de imprensa. Não foi lançado esse programa. O que apareceu ontem foi apenas a questão de doação de remédios. Podemos mudar tudo. Tivemos oferecimento de fitas e a vigilância provou que fita não é de boa qualidade. Estamos tentando comprar de forma rápida. Quando faz licitação, a empresa do segundo lugar impugna e atrasa a compra. Podemos fazer reunião com sugestões de compra. O problema não é de hoje, vocês mesmos falaram.

**Valéria Luzia Fernandes, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais:**

Passa a palavra para a Sra. Cristina Ielo Bello. Está no movimento de saúde há muitos anos. O SUS nasceu em 1986 na 8ª Conferência de saúde, da qual participou. Foi melhorado e regulamentado pela Constituição. Cada governo que entra destrói o que o anterior fez. Sugere que o Secretário reúna os coordenadores regionais, conselheiros regionais e faça a hierarquia do Sistema. Precisamos de políticas públicas de saúde e não de políticas de governo. Precisamos de pessoas habilitadas em administração. Precisamos de gente competente. Não defende governo, quer que a comunidade da base seja atendida. Veio por conta da discussão da medicação. Quer saber como o usuário que não sabe ler e escrever pode pegar um ônibus para pegar remédio. Pela lei do SUS o medicamento tem que ser distribuído nas UBS. Precisamos de gente com massa encefálica. Quando forem votar, pensem nisso. Chora por defender o pobre coitado, quer ver sua comunidade e seu usuário sendo respeitados. Pede para que se faça Unidade de Referência da Saúde do Idoso, porque a única que tinham a administração anterior deteriorou. Quer pedir audiência ao senhor para discussão dessa URSI.



**Francesca Ednela Andrade Gomes, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais:** Já estamos em fevereiro e a SMS não ter Plano para apresentar ao Controle Social é preocupante. Preocupa-se com a questão dos farmacêuticos. Mora no extremo sul da Cidade – Marsilac – quer respostas para as pessoas. Medicação é coisa muito séria. Preocupa-se também com farmacêuticos e técnicos de farmácia. Empresas privadas têm interesses, dão amostras para depois a pessoa comprar o remédio. A questão do Corujão preocupa. Quanto aos Idosos e o Programa de Remédio em Casa, como fica? Alguns nem conseguem sair no portão de casa. Considera o secretário competente para agir com a sociedade e encontrar a solução.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** A Comissão Executiva tem dificuldade de diálogo com o senhor. A Conferência é uma preocupação muito grande. Não temos interlocução do senhor para essa questão. Temos várias resoluções que temos de dialogar com o senhor. E a mudança de prédio? Se o senhor mudar não esqueça do controle social, do CMS. Queremos esperar melhor ou igual. Infraestrutura para o Conselho precisa ser melhor. Não viaja mais. Quanto às farmácias, tem desvio no medicamento. E conselheira da unidade. Na privada teremos controle? Como vamos controlar esses recursos? Antes de ser deliberada pelo prefeito Doria, que passe por esse Conselho, por causa da Lei 141. Temos um Plano em que isso não está incluído. Quanto às farmácias, perdeu até o sono. Como vai ser o controle dessa dispensação? Conhece a necessidade do povo sem condições. É representante da região Leste. Não é doação que vai resolver o problema de abastecimento, o senhor sabe disso. A população não pode ficar sem remédios. O governo anterior teve problemas. Qual prazo o senhor vai nos dar? Queremos explicação com clareza e urgência. Acredita na pela Atenção Básica e no trabalho da equipe multiprofissional. Farmacêutico e técnico fazem papel muito bom na equipe multiprofissional e no uso racional de medicamentos.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Na quarta-feira, dia 15, começaremos a comprar porque temos a maioria das atas. Temos verba, orçamento, distribuição. Nada foi desmontado. Alguns remédios ainda não têm ata, mas serão comprados. Achávamos que teria uma melhoria em vocês terem o direito de pegar remédio em qualquer lugar. A ideia de farmácia popular é de 2006 – no governo anterior. O ministro Humberto Costa lançou esse programa com a ideia de se pegar o remédio em qualquer lugar. Vamos ter que conversar mais.

**Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** **questão de ordem:** Quando o senhor abriu a reunião disse que o projeto não está pronto. Gostaria que o senhor dê uma data indicativa de quando estará pronta essa proposta.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Gostaria muito de dar data, mas diante da discussão que foi criada com esse assunto, não sobre o que vai acontecer com esse projeto. Pode ser abortado. Aí vamos manter 1.500 empregos e vai continuar faltando remédios nas unidades de saúde.

**Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais:- questão de ordem:** Pede foco na questão. Somente questões de encaminhamento. É inadmissível jogar trabalhadores contra a população. Que o senhor foque no problema e não jogue um segmento contra o outro.

**Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: questão de ordem:** Quem fez manifestação lá embaixo organizou uma comissão que o Secretário prometeu receber. Temos muito trabalho, já é tarde – Vamos liberar o Secretário para falar lá embaixo. Retira sua questão de ordem diante dos protestos dos inscritos aqui.

**Anselmo Silva, Conselheiro Suplente representante Do Movimento Popular De Saúde Norte:** Questão de legalidade. A lei diz claramente que se cumpra a lei. Lei Estadual 791 09/03/2005- Corroborando Lei 8080. Não se pode transferir recursos públicos para a rede privada. Farmácia popular é complementar. Não substitui as farmácias de UBS.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** O senhor está errado. Mencione um laboratório que não possua fins lucrativos.

**Darcy Da Silva Costa, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Como vai ocorrer o acesso das pessoas em situação de rua? E com respeito ao atendimento nos hospitais privados?

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Já existe o Consultório na Rua, e vai continuar. As pessoas são atendidas nas UBS do Centro. Se alguma pessoa de situação de rua está na fila de exames, fará os exames como qualquer outro munícipe, é para quem estava na fila. As pessoas são cadastradas e atendidas pelas unidades do Centro e Consultório na Rua.

**João Cortez Neto, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul:** Tem Compromisso com usuários. É contra a privatização. É 3 ou 4 vezes mais cara. Temos exemplos de privatização do que só piorou. O governo tem que governar para o povo. A rede Globo ter veiculado os programas sem antes o senhor conversar conosco pode ter piorado as coisas. Mas é favorável ao diálogo. É da Comissão de Comunicação e tem muitas coisas para cobrar.

**Regina Célia Pedrosa Vieira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:**

Transferência do CTA de Santo Amaro, quer que o senhor secretário fale sobre isso. Passa a palavra para o Sr. Darci.

**Sr. Darci:** Que bom que o Secretário está aqui ouvindo este Pleno, que deveria ser mais amplo. É da região de São Mateus, quem é quem, quem são gerentes das unidades – que a Plenária seja mais ampla. Que ouça o Conselho no geral, que não quer o fechamento das farmácias das UBS. Considera importante a democracia de cada um falar das demandas que existem, tem que ter PSF em toda a Cidade.

**Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde**

**Centro:** O senhor disse que queremos as mesmas coisas, declarou-se um defensor dos princípios do SUS. Preocupa-se com o patrimônio do SUS, tanto de Recursos humanos quanto de físicos mesmos. Em função da falta de remédios desde ano passado, época pré-eleitoral. Por que esta logística que funcionou há dez anos, agora piorou? O Secretário Padilha informou que havia roubo mesmo, mas não era o principal motivo e problema. As empresas privadas preferiam pagar multa, deixar de cumprir contrato para fornecer á iniciativa privada. O “Aqui tem Remédio” fornece 64 medicamentos. Foi apresentado aqui um galpão enorme, com capacidade de milhões de medicamentos. Ele nos explicou que a indústria farmacêutica preferia pagar multa a entregar. E agora esse projeto vai contemplar a indústria privada. Queremos defender o SUS. Não aprovamos esse projeto.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:**

Essa logística do patrimônio do SUS não é nosso. Pagamos aluguel para uma pessoa que ganha muito dinheiro com isso. O SUS prevê entregar remédio para a população. Luta há muitos anos devido à falta de remédios. Sofre junto a essas pessoas. Não quer ser desrespeitado. Quer continuar vindo aqui. Isso é uma democracia e ganharam a eleição. É presidente do Conselho. Foi aconselhado a responder em bloco, mas em respeito às pessoas, quer falar olhando nos olhos. Se mantivermos diálogo construtivo, ninguém que se sentir desrespeitado vai enviar representante. Tem conotação política e ideológica muito grandes. Vamos governar para a maioria silenciosa e não para a minoria ruidosa. Sentiu ambiente agressivo, com ranços do passado.

**João Cordeiro, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:**

O senhor terá problemas. Passa para Dona Maria Helena. O segmento pediu que falasse. Conhece o SUS, participou no plenário. Política de Estado: Cidadania ativa: artigo 14 – Lei da Ficha Limpa; lei 198: Controle Social Doutor Dario David Uip diz que o senhor assumiu a saúde em SP e que isso facilitaria o processo. Veio para a reunião de hoje esperançosa.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:**

As três dimensões estão dentro do organograma. Ficou surpreso com ministro engenheiro, mas é já do Ministério. Cadastrou vários

serviços. Fez economia. Conseguiu aumentar em 5 bilhões o orçamento do ano passado. A palavra é factual.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Desculpa-se pela falta de respeito que veio da manifestação da platéia e não de conselheiros. Precisamos da sua presença, que é muito importante para nós.

#### **Encaminhamentos**

**Hugo Fanton, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: questão de ordem-** Propõe dois encaminhamentos. Dadas todas as manifestações e que a política está sendo considerada, propõe que leve em conta duas condições: que se mantenham abertas as farmácias e os empregos dos técnicos de farmácias.

**Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Preocupa-se que por lei quem delibera políticas públicas são as conferências. Fomos consultar o Ministério Público. Que o senhor seja pontual conosco.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Não podemos continuar nessa por mais de 90 dias. A transição não foi suficiente para conhecer a Secretaria. Muitos planos foram alterados pelas condições que encontramos aqui. Temos 700 pessoas nesse prédio. Algum de vocês viu 700 pessoas aqui? Existem interesses conflitantes. Não se julga neoliberal. Se tivermos menos problemas resolvemos aqui o que vamos fazer ou deixar de fazer. Tem gabaritos. Encontrou estúdio de TV aqui, sendo que metade das TVs das UBS estão guardadas.

**Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais:** Vivemos no modelo de Conselho Estadual que não é esse, pois a população está longe. Aqui o embate é direto. O gestor municipal está mais próximo da população. Aqui nunca proibimos a entrada. Hoje fui impedida de entrar por um segurança. Gostaria que o senhor entendesse que o modelo é deficiente. 204 está sendo discutida – considera um risco reativar as caixinhas. Há secretarias que vai querer aplicar como quiser. Gostou quando o senhor disse que vai trazer pra cá. Se o caso das farmácias também tivesse vivido não teríamos embate. Gostaria de ver o senhor em todas as reuniões.

**Lourdes Estevão De Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:** Cada um tem o seu papel. A maioria das pessoas que estiveram aqui foi por manter farmácias nas UBS. Questionando do modelo de farmácia, o Governo deve recolher as propostas, propor reflexão viva, e não de convencimento de conselheiros.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Elogia a fala. Existe um pressuposto do contra. Fórum produtivo, mas que pode ser agressivo.

**Hugo Fanton, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste :** Pede que conste seu posicionamento e que haja condicionamentos que já citou.

**Dr. Wilson Pollara, Secretário Municipal da Saúde e Presidente do CMS:** Despede-se e se compromete a comparecer no dia 9 de março. Não quer causar desemprego. O modelo está errado. Quer também se desculpar se em algum momento foi ríspido. Pede regras claras de manifestação. Se conseguirmos diálogo inteligente e cordial, hoje já foi uma reunião muito produtiva. Muito obrigado.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Passa para a deliberação 1, 2 e 5 - Devemos fazer um bloco.

**Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais:** Propõe melhorar a redação da 4.

**Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Não aceita ingerência. Existe PL 610 – A Comissão da População Negra fez a resolução nº 4 que deve ser votada do jeito em que está e foi distribuída a todos os conselheiros. O movimento elaborou a resolução.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Coloca em regime de votação e todas as resoluções são aprovadas por aclamação em bloco de unanimidade. Solicita que tenha lanche para conselheiros nos Plenos e reuniões das comissões. É um trabalho árduo.

**Secretário Geral do CMS, Julio Cesar Caruzzo:** Temos um limite, não podemos comprar sem licitação. Estamos atrás de licitação. Concorde que não é possível ficar sem lanche. Nem que seja para passar o chapéu.

**Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais:** Enfatiza que o governo marcou reunião da Conferência – chamar a Conferência das Mulheres.

**Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Lembra a todos que os usuários têm que tirar representação para a Conferência Municipal de Vigilância.

**Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:** Propõe a realização de Seminário de Conjuntura do SUS. Precisamos trazer o povo dos territórios. Trazer novos especialistas para falar sobre saúde, com conhecimento do SUS.

**Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:** Já temos comissão para o ato de 07/04. Tema: SUS. Para o Dia Mundial da Saúde: Ato no Teatro Municipal. Há boato de que a Conferência de Vigilância vai ser suspensa em virtude da epidemia de Febre Amarela.

**João Cortez Neto, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul:** Conselho Nacional aprovou Conferência Livre de Comunicação em abril. Conselheiros de todos os níveis podem participar. Quer saber que caminho tomar.

**Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva:** Sugere ir para Executiva e Comunicação.

Agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às 18h50.